

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

*Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental***ATA DE REUNIÃO nº 01/2025**

Data e horário:	27 de fevereiro de 2025, às 14h.
Local:	Videoconferência por meio do aplicativo Zoom
Reunião conduzida por:	Dr ^a Lidia de Assis e Souza, Juíza Auxiliar da Presidência
Tema da reunião:	Discussão acerca do Plano de Logística Sustentável 2025.
PROAD	202403000497924
Secretário(a):	Marcela Ibiapino Martins
Participantes:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dra. Lidia de Assis e Souza, Juíza Auxiliar da Presidência. 2. Diego César Santos, Diretor de Planejamento e Inovação. 3. Cybelle Saad Sabino de Freitas Faria, Diretora de Engenharia e Arquitetura. 4. Anderson Yagi Costa, Diretor de Informática; 5. José Eduardo Stort Fernandes, Diretor da Divisão de Controle e Contratos de Aquisições. 6. Luciano Augusto Souza Andrade, Diretor do Centro de Comunicação Social. 7. Tatiana Rodrigues Ferreira, Diretora Administrativa. 8. Wanessa Oliveira Alves, Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas. 9. Raquel Magalhães Antonini, Secretária de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão do Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental – NURSA. 10. José Neto Cassiano de Camargo, Analista Judiciário – NURSA. 11. Edson Henrique de Oliveira Tannús, Analista Judiciário – NURSA.
Abertura:	Dr ^a . Lidia de Assis e Souza dá boas-vindas a todos e passa a palavra a Raquel para apresentação do Relatório de Desempenho do PLS de 2025.
Pauta:	Aprovação do Relatório Anual do Plano de Logística Sustentável 2025.
Discussões:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Raquel Antonini inicia apresentando o Relatório de Desempenho do PLS e desempenho das ações do Plano de Ações do PLS. Esse é o formato que o CNJ exigia até o ano passado e o NURSA mantêm o mesmo formato. O Relatório é anual e precisa da aprovação dessa Comissão para que seja publicado no PLS-Jud e o prazo de registro é até amanhã.

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

*Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental*

2. O Relatório contém uma apresentação de 19 eixos temáticos e 147 indicadores mínimos de desempenho. Apesar de não constarem todos os indicadores, o CNJ através informou a obrigatoriedade de constar todos esses novos indicadores ainda que eles não tenham um histórico de metas.
3. Na metodologia, ele tem um monitoramento mensal pelo NURSA, trimestral pela Comissão Gestora do PLS e anual pelo sistema PLS-Jud.
4. Raquel Antonini informa que o IDS é um índice sintético.
5. A Dimensão Ambiental tem como objetivo a redução do impacto no meio ambiente. Foi extraída a meta de racionalização do consumo de papel. É relatada uma série histórica de consumo de papel. O consumo de papel do TJ-GO vem crescendo. A meta de consumo para 2024 restou prejudicada.
6. Raquel Antonini sugere que seja informado a meta prejudicada e seu impacto em outros indicadores e trazer sugestões de aprimoramento dessa meta para 2025. Uma questão que impacta no consumo de papel é o gasto com papel, o gasto com impressões, a quantidade de impressões e a quantidade de descarte – tudo isso é parte da variável de papel.
7. Raquel sugere ainda que a Comissão Gestora do PLS sugira para Presidência cotas de compra e consumo de papel por unidade e coloca os membros para análise.
8. Dr^a Lidia de Assis e Souza pergunta se alguém alguma sugestão.
9. Tatiana Ferreira concorda com a sugestão de Raquel Antonini. Dr^a Lidia de Assis e Souza também concorda.
10. Raquel coloca que existe grande discrepância das impressões entre unidades e gabinetes. Ela sugere que seja estabelecido um critério flexível e que as impressões sejam consideradas também uma ferramenta de acessibilidade.
11. O próximo indicador é a racionalização de consumo copos descartáveis. Raquel Antonini informa que esse indicador impacta no Prêmio CNJ. O resultado do TJ-GO não o coloca em uma situação ruim, mas o Tribunal volta a consumir em 2024, quando no ano anterior o consumo havia sido zerado. Ela sugere que seja encontrada alguma alternativa para que não sejam distribuídos copos descartáveis.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental

12. Tatiana Ferreira informa que já foi estabelecido que não serão mais distribuídos copos plásticos.
13. O indicador de água envasada restou como meta prejudicada, mas deve-se levar em conta a itinerância do TJ-GO em 2024. Não se sabe se isso será levado em conta pelo CNJ. Raquel Antonini sugere que o TJ entre em contato com o CNJ sobre essa pauta. Ela sugere para os anos seguintes que sejam utilizadas embalagens de alumínio, pois no Brasil quase 100% do alumínio é reciclado. Há também a alternativa de embalagens de papel, mas esta possui maiores impactos ambientais. Ambas não pontuam no Prêmio CNJ de Qualidade nem devem ser relatadas no PLS-Jud.
14. Tatiana Ferreira coloca que se houver uma determinação para substituição, será necessária uma nova licitação, bem como a informação de qual percentual ou quantitativo é possível consumir até que a licitação termine.
15. Dr^a Lidia de Assis e Souza pergunta sobre o custo das latas de alumínio.
16. Raquel informa que garrafas de alumínio são mais caras, mas que fará uma pesquisa mais profunda.
17. Dr^a, Lidia de Assis e Souza é favorável a essa ideia.
18. O indicador de racionalização de impressões teve resultado melhor do que o ano anterior. No entanto, o TJ-GO ainda está entre os Tribunais que mais imprimem e a meta restou prejudicada, pois o ano-base ainda é o ano de 2020 (da pandemia).
19. Raquel Antonini coloca que se as cotas de impressão forem postas em prática, a meta pode ser alcançada ainda neste ano. Ela sugere que se mantenha um olhar sensível sobre o tema, já que diminuindo impressões, há redução também de consumo de energia, de produção de resíduos, etc.
20. Luciano Augusto relembra que em 2024 foi conversado sobre a criação de um fluxo de impressão e se propõe a compartilhar no grupo.
21. Dr^a Lidia de Assis e Souza concorda com Luciano Augusto e afirma a pertinência de sua sugestão.
22. O indicador de energia elétrica ainda é muito alto e a meta se mantém prejudicada. O TJ-GO ainda está entre os cinco maiores consumidores. Apesar disso, a usina fotovoltaica melhorará o desempenho do TJ-GO.
23. Raquel Antonini ressalta, porém, a importância da sensibilização sobre o



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental

consumo de energia elétrica. Ela coloca que a melhora desse indicador depende de melhores práticas, do funcionamento do parque fotovoltaico.

24. Luciano Augusto pergunta se é possível avaliar o consumo de energia por unidade. Ele sugere que seja implementada uma gameficação relativa a economia de energia elétrica.

25. Raquel Antonini se manifesta favoravelmente.

26. Cybelle Saad coloca que é possível implementar, mas que teria que ser uma mensuração proporcional, por metros quadrados, por exemplo.

27. Raquel Antonini pergunta a Cybelle Saad se é possível mensurar pela porcentagem de economia de consumo de energia.

28. Cybelle Saad afirma que não, pois a mensuração não é totalmente automatizada ainda.

29. José Eduardo Stort coloca que, de qualquer maneira, teria que se partir de um valor de referência. Ele defende que o melhor critério seria o consumo por metro quadrado.

30. Raquel Antonini coloca que seria necessária uma pessoa responsável por verificar os dados.

31. Luciano Augusto supõe uma comparação anual de consumo de energia.

32. José Eduardo Stort sugere que o TJ-SP seja acionado para que pergunte como realizam seus cálculos e gameficação.

33. Dr^a Lidia de Assis e Souza é favorável e sugere um projeto-piloto.

34. Wanessa Oliveira Alves sugere que servidores fiquem responsáveis por conscientizar e sensibilizar os colegas.

35. Anderson Yagi sugere que sejam programados horários fixos, ou tempo de inatividade, para que os computadores sejam desligados a partir de determinados horários.

36. Dr^a Lidia de Assis e Souza concorda com a sugestão.

37. Raquel Antonini também concorda com Anderson Yagi. Ela pergunta se é possível fazer isso com as telas.

38. Anderson Yagi informa que sim.

39. Raquel Antonini relembra que ao final de 2023 foi lançada a campanha “Tj tá Consciente” e que houve um impacto de economia de energia e água de 26% e 28% respectivamente.

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

*Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental*

40. Cybelle Saad coloca que a energia a partir das 18h é mais cara. Ela coloca que o horário fora de ponto é 40 centavos e o de ponto é R\$ 2,10. Sendo assim, o impacto para o TJ-GO seria muito grande. Ela coloca que talvez seja o caso de mudança de horário de expediente em prol de economia de energia.
41. Raquel Antonini sugere que Cybelle Saad e a unidade de Engenharia tragam esses estudos para o ambiente do TJ-GO para que possam fundamentar um pedido de mudança de horário para a Presidência.
42. Dr^a Lidia de Assis e Souza coloca que a mudança de horário é complexa e envolve outras instituições, como OAB, sindicatos, etc. Ela não descarta a sugestão, mas coloca que precisa estudá-la.
43. O indicador de consumo de água resta com a meta prejudicada. Ela sugere o desenvolvimento de um plano de eficiência hídrica robusto. No IDS, água, energia elétrica e descarbonização têm o mesmo peso. Ela sugere também a sensibilização através do “TJ é consciente” e o NURSA itinerante pelas Comarcas do interior.
44. José Eduardo Stort ressalva que os indicadores de energia elétrica e de água têm um crescimento vegetativo que varia com o crescimento do TJ-GO em termos de servidores. Ele sugere indicadores per capita. Mas ressalta que concorda com a sensibilização dos servidores.
45. Raquel Antonini retoma, sugerindo que seja feita uma análise da climatização na racionalização de energia elétrica.
46. Cybelle Saad coloca que isso não é fácil de ser diferenciado. Está em andamento com a UFG uma parceria para que essa medida possa ser feita. Mas, por enquanto, isso não é possível.
47. José Eduardo Stort informa que está em fase de contratação. O proad que trata disso é 574365.
48. O indicador de gestão de resíduos é muito positivo, a meta foi alcançada. Raquel Antonini sugere a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a instalação dos PEVs. Porém, ela vê a necessidade de maior sensibilização com relação a essa temática. Ela pede a colaboração de Luciano Augusto. Além disso, ela pede a renovação do edital de termos de cooperação com coletores.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental

49. Tatiana Ferreira sugere a realização de um chamamento para o credenciamento de outras instituições.
50. O indicador de consumo de combustível teve meta alcançada. Isso se deve principalmente pela utilização dos veículos híbridos, apesar do aumento da frota.
51. O indicador de descarbonização não possui uma série histórica. Mas sua meta é quantidade de emissões.
52. O indicador de adequação de leiautes teve meta prejudicada com incremento muito grande.
53. O indicador de gastos de serviços de limpeza teve meta alcançada. Raquel Antonini pede auxílio a Tatiana Ferreira para atualizar as metas.
54. O indicador de gastos com vigilância teve meta alcançada, com diminuição do valor contratual.
55. Tatiana Ferreira coloca que houve um estudo de uma Comissão, por isso a redução expressiva.
56. O indicador de gasto relativo de telefonia ainda está em aberto, visto que as informações corretas ainda estão a caminho. Raquel Antonini espera o alcance da meta ainda para este ano.
57. O indicador de usuários por veículos teve meta alcançada. O uso foi reduzido por causa do aumento da força de trabalho. Raquel Antonini coloca que seria interessante a diminuição da frota, pois o compartilhamento de veículos impacta no IDS ano a ano.
58. O indicador de gasto de serviços gráficos teve meta alcançada e o TJ-GO está em um cenário bem melhor ao anterior.
59. O indicador de aquisições e contratações teve meta prejudicada. No registro de contratos, a informação recebida foi tal que de 100 contratos, 3 não tinham critérios de sustentabilidade. Porém, em verificação, foi constatado que em, pelo menos, um destes três, havia sim cláusula de sustentabilidade. Raquel Antonini pede que isso seja reavaliado.
60. O indicador de qualidade de vida teve meta prejudicada, porém apenas porque o número de ações de qualidade de vida aumentou muito.
61. O indicador de equidade e diversidade, apesar de não o CNJ não ter informado qual índice será levado em conta no IDS, considerou-se a



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental

sensibilização. Ele não tem série histórica, pois é novo.

62. O indicador de capacitação e sensibilização em sustentabilidade teve meta alcançada.

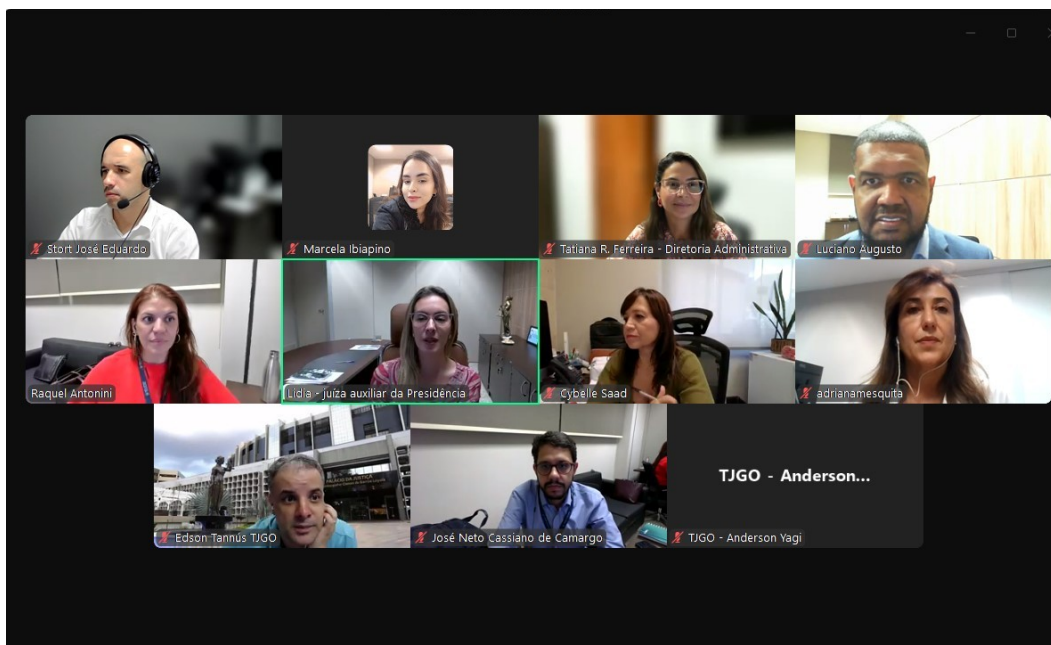
63. Em consolidação, 70,5 das metas foram alcançadas e 29,5 foram prejudicadas.

Deliberações:

1. Dr^a Lidia de Assis e Souza determina que somente a questão de aquisições e contratos fica a ser confirmada.
2. Com relação aos demais pontos os membros estão de acordo.
3. Luciano Augusto colocará o fluxo de impressão no grupo de whatsapp.
4. O Relatório de Desempenho do PLS foi aprovado.

Conclusão: Finalmente, nada mais havendo a expor, a Juíza Auxiliar da Presidência, Dr^a Lidia de Assis e Souza, agradeceu a presença de todas e de todos e eu, Marcela Ibiapino Martins, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada eletronicamente.

REGISTRO FOTOGRÁFICO:



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 103052302784 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202502000617258 (Evento nº 1)

LIDIA DE ASSIS E SOUZA

JUIZ DE DIREITO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - LIDIA DE ASSIS E SOUZA

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2025 às 16:29

DIEGO CESAR SANTOS

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO - DPI

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2025 às 20:19

CYBELLE SAAD SABINO DE FREITAS FARIA

DIRETORA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.

SECRETARIA EXECUTIVA DA DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2025 às 18:33

JOSE EDUARDO STORT FERNANDES

COORDENADOR(A) DE DIVISÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DA DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Assinatura CONFIRMADA em 13/03/2025 às 15:02

LUCIANO AUGUSTO SOUZA ANDRADE

DIRETOR(A) DE ÁREA

CENTRO DE COMUNICACAO SOCIAL

Assinatura CONFIRMADA em 14/03/2025 às 17:52

RAQUEL MAGALHAES ANTONINI

SECRETÁRIA

NUCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2025 às 14:09

EDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA TANNUS

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO.

NUCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Assinatura CONFIRMADA em 17/03/2025 às 14:36

TATIANA RODRIGUES FERREIRA

DIRETOR(A) ADMINISTRATIVO(A)

SECRETARIA EXECUTIVA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assinatura CONFIRMADA em 13/03/2025 às 17:07

WANESSA OLIVEIRA ALVES

DIRETOR(A) DE GESTÃO DE PESSOAS.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Assinatura CONFIRMADA em 24/03/2025 às 16:09

